CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TABUAÇAS

2021

Demonstrações Financeiras Individuais

Centro Social da Paróquia de Tabuaças

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em Euros)

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2021

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021 5

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2021 6

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 7

Anexo às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 8

Nota Introdutória 8

Nota 1-Identificação da Entidade 8

Nota 2-Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 8

Nota 3 –Principais políticas contabilísticas 9

3.1 – Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras 9

3.1.1. – Pressuposto da continuidade 9

3.1.2 – Pressuposto do acréscimo 9

3.1.3 – Consistência de apresentação 9

3.1.4 – Materialidade e agregação 9

3.1.5 – Compensação 10

3.1.6. – Informação comparativa 10

3.2. – Outras políticas contabilísticas 10

3.2.1. – Ativos Fixos Tangíveis 10

3.2.2 – Imposto sobre o rendimento 11

3.2.3. –Inventários 12

3.2.4. –Instrumentos financeiros 12

3.2.5.– Reconhecimento do rédito 14

3.2.6. – Subsídios 14

3.2.7. – Provisões 14

3.2.8. Locação financeira 15

3.2.9. – Custos de empréstimos obtidos 16

3.2.10. – Transações e saldos em moeda estrangeira 16

3.2.11. – Benefícios dos empregados 16

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro 16

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas 17

Nota 4-Politicas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 17

4.1 –Aplicação inicial da disposição da NCRF-ESNL com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros: 17

Nota 5-Ativos fixos tangíveis 18

Nota 6-Custos de empréstimos obtidos 19

Nota 7 Inventários 19

Nota 8-Rédito 19

Nota 9-Subsídios, doações e legados à exploração 19

Nota 10-Instrumentos financeiros 20

10.1 – Outros ativos correntes e diferimentos 20

10.2 – Fornecedores 21

10.3 – Estado e Outros Públicos 21

10.4 – Financiamento obtidos 21

10.5 – Outros passivos correntes 22

10.6-Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais 22

10.7-Caixa, depósitos bancários e outros ativos financeiros 23

Nota 11-Benefícios dos empregados 23

Nota 12-Outras informações relevantes 24

Nota 12.1-Fornecimentos e serviços externos 24

Nota 12.2-Outros rendimentos 24

Nota 12.3-Outros gastos 24

Nota 13-Divulgações exigidas por diplomas legais 25

-Impostos em mora 25

-Acontecimentos após data do balanço 25

Demonstrações Financeiras Individuais
para o período findo em 31 de dezembro de 2021

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TABUAÇAS

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

(Unidade Monetária:EURO)

Rubricas	Notas	DATAS 31.dez.21	31.dez.20
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	312.757,95	302.831,25
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	10.7	696,22	521,91
Fundadores beneméritos patrocinadores doadores associados membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		313.454,17	303.353,16
Ativo corrente			
Inventários	7	480,35	409,43
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores beneméritos patrocinadores doadores associados membros			
Diferimentos	10.1	630,22	245,17
Outros ativos correntes	10.1	1.409,89	11.549,05
Caixa e depósitos bancários	10.7	41.982,01	44.631,82
Total dos Ativos Correntes		44.502,47	56.835,47
Total do Ativo		357.956,64	360.188,63
Fundos Patrimoniais e passivo			
Fundos	10.6	2.172,76	2.172,76
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	10.6	29.480,89	30.493,48
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10.6	**308.189,19**	**309.336,97**
Subsídios ao investimento		308.189,19	309.336,97
Doações			
Outras variações			
Resultado líquido do exercício	10.6	-3.767,04	-1.012,59
Total do Fundo Patrimonial		336.075,80	340.990,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	5.234,37	1.630,25
Estado e outros entes públicos	10.3	1.446,44	871,68
Fundadores beneméritos patrocinadores doadores associados membros			
Financiamentos obtidos	10.4	7.750,00	7.750,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	10.5	7.450,03	8.946,08
		21.880,84	19.198,01
Total do Passivo		21.880,84	19.198,01
Total do Fundo Patrimonial e passivo		357.956,64	360.188,63

Vieira do Minho, 12 de maio de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Luís Miguel Ribeiro Carneiro

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TABUAÇAS

Demonstração dos Resultados Individuais por Natureza
Periodo findo em 31 de dezembro de 2021

(Unidadade Monetária:EURO)

Rendimentos e Gastos	Notas	Periodos 2021	Periodos 2020
Vendas e Serviços prestados	8	25.452,37	23.789,48
Subsídios, doações e legados à exploração	9	**60.718,78**	**51.829,40**
Subsídios de entidades públicas		58.958,68	51.829,40
ISS, IP-Centros Distritais		54.108,82	51.237,00
Outras entidades públicas		4.849,86	592,40
Subsídios de outras entidades			
Doações, heranças e legados		1.760,10	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-12.109,75	-12.107,56
Fornecimentos e serviços externos	12.1	-11.672,17	-12.100,95
Gastos com o pessoal	11	-65.048,09	-55.074,97
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos	12.2	**5.153,60**	**8.896,54**
Correções relativas a anos anteriores			
Correções positivas de comparticipações do ISS, IP			
Outras correções de de anos anteriores			
Imputação de subsídios ao investimento		5.147,78	5.147,78
Outros rendimentos		5,82	3.748,76
Outros gastos	12.3	**-107,25**	**-90,00**
Correções relativas a anos anteriores		-2,25	0,00
Correções negativas de comparticipações do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		-2,25	
Outros gastos		-105,00	-90,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**2.387,49**	**5.141,94**
Gastos reversões de depreciação e de amortização	5	-6.154,53	-6.154,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-3.767,04**	**-1.012,59**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		**-3.767,04**	**-1.012,59**
Imposto sobre o rendimento do periodo			
Resultado liquido do periodo		**-3.767,04**	**-1.012,59**

Vieira do Minho, 12 de maio de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Luís Miguel Ribeiro Carneiro

CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TABUAÇAS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Periodo findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

	Notas	Periodos 2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		25.452,37	23.789,48
Pagamento de subsidios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-24.839,23	-23.316,60
Pagamentos ao pessoal		-48.838,51	-41.150,13
Caixa gerada pelas operações		-48.225,37	-40.677,25
Pagamento recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos pagamentos		-5.439,90	-19.199,75
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-53.665,27	-59.877,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangiveis		-13.703,32	-73.681,35
Ativos intangiveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
		-13.703,32	-73.681,35
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangiveis			
Ativos intangiveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsidios ao investimento		4.000,00	82.834,67
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		4.000,00	82.834,67
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-9.703,32	9.153,32
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			6.000,00
Realização de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento (SUBSÍDIOS)		60.718,78	51.829,40
		60.718,78	57.829,40
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		60.718,78	57.829,40
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2.649,81	7.105,72
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		44.631,82	37.526,10
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		41.982,01	44.631,82

Vieira do Minho, 12 de maio de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Luís Miguel Ribeiro Carneiro

Anexo às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021

Nota Introdutória

Nota 1-Identificação da Entidade

1-Identificação da entidade

1.1 -Designação da entidade: **Centro Social da Paróquia de Tabuaças**

1.2 -NIPC: **502 511 575**

1.3 -Sede social: **Rua Santa Maria Mãe de Deus n.º 82 4850-422 Tabuaças**

1.4 -Endereço eletrónico-**cstabuacas@sapo.pt**

1.5 -Natureza da atividade: **Apoio Social para Pessoas Idosas, sem Alojamento**

Nota 2-Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei nº36-A/2011, de 9 de março, em execução do disposto no nº2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho, complementada pela Portaria nº105/2011, de 14 de março, nº51-Série I.

2.2 – *Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada ao ativo, passivo e dos resultados da entidade.*

2.3 – As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nota 3 –Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. – Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de a entidade prosseguir com as suas atividades. Da avaliação resultou que as suas atividades têm condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 – Pressuposto do acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 – Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4 – Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declaração incorretas de itens são materialmente relevantes de puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na fase das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas contas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demostração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. – Informação comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidade de previsão

3.2. – Outras políticas contabilísticas

3.2.1. – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado nos fundos patrimoniais como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da *linha reta,* em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incursas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação

3.2.2 – Imposto sobre o rendimento

Nos termos do nº1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão Isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

3.2.3. –Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

3.2.4. –Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade de torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: são os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes caraterísticas:

I. Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

II. Tenham associado um retorno fixo ou determinado;

III. Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

-Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);

-Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);

-Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);

-Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses).

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

-Fornecedores e outras dívidas de terceiros;

-Financiamentos obtidos;

-Outros passivos financeiros;

-Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por redução de justo valor e ganhos por aumento de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

-Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando de tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar cm fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade);

-Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (são adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidencia de terem recentemente proporcionado lucros reais Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).

-Outros ativos e passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data do relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.5.– Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou sejam, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.6. – Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos fundos patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

3.2.7. – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos futuros não seja remora. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.8. Locação financeira

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim, as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incursas.

3.2.9. – Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros da Entidade são apresentados em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

3.2.10. – Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbios das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos juros valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão da taxa de câmbio à data de balança dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

3.2.11. – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem, remunerações e contribuições para a segurança social.

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que

proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, ainda como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Nota 4-Politicas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1 –Aplicação inicial da disposição da NCRF-ESNL com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

-Não aplicável.

Nota 5-Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2021		
	Saldo em 01-jan-21	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-dez-21
Custo:			
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções	369.035,41	16.081,23	385.116,64
Equipamento básico	70.194,75		70.194,75
Equipamento de transporte	34.855,34		34.855,34
Equipamento administrativo	3.399,15		3.399,15
Outros ativos fixos tangíveis			
	477.484,65	16.081,23	493.565,88
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	66.603,02	6.054,82	72.657,84
Equipamento básico	69.795,89	99,71	69.895,60
Equipamento de transporte	34.855,34		34.855,34
Equipamento administrativo	3.399,15		3.399,15
Outros ativos fixos tangíveis	0,00		0,00
	174.653,40	6.154,53	180.807,93

	31 de dezembro de 2020		
	Saldo em 01-jan-20	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-dez-20
Custo:			
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções	302.741,20	66.294,21	369.035,41
Equipamento básico	69.696,18	498,57	70.194,75
Equipamento de transporte	34.855,34		34.855,34
Equipamento administrativo	3.399,15		3.399,15
Outros ativos fixos tangíveis			0,00
	410.691,87	66.792,78	477.484,65
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	60.548,20	6.054,82	66.603,02
Equipamento básico	69.696,18	99,71	69.795,89
Equipamento de transporte	34.855,34		34.855,34
Equipamento administrativo	3.399,15		3.399,15
Outros activos fixos tangíveis			0,00
	168.498,87	6.154,53	174.653,40

Nota 6-Custos de empréstimos obtidos

No decurso do período findo em 31/12/2021 não foi capitalizado no custo de ativos que se qualificam qualquer valor.

Nota 7 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Em 31/12/2021 e em 31/12/2020, os inventários da Entidades são detalhados conforme se segue:

	31.dez.21			31.dez.120		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	409,43		409,43	370,70		370,70
Regularizações						0,00
Compras	12.180,67		12.180,67	12.146,29		12.146,29
Custo de vendas	12.109,75		12.109,75	12.107,56		12.107,56
Saldo final em 31 de dezembro	**480,35**		**480,35**	**409,43**		**409,43**

Nota 8-Rédito

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2020 é detalhado conforme se segue:

	31.dez.21	31.dez.20
Quotas dos utilizadores-Apoio Domiciliário-SAD	25.452,37	23.789,48
Outros serviços		
	25.452,37	**23.789,48**

Nota 9-Subsídios, doações e legados à exploração

O registo dos subsídios ocorreram é discriminado conforme se segue:

Em 2021, o saldo da rubrica subsídios, doações e legados à exploração é discriminado conforme se segue:

54.108,82€ diz respeito a subsídios atribuídos pela Segurança Social pela resposta do apoio domiciliário;

4.849,86€ é relativo a subsídio atribuído pelo IEFP:

1.760,10€ são referentes a donativos em dinheiro (630,77€, dos quais 430,77€ é referente à consignação de 0,5% por IRS) e em espécie (1129,33€).

E em 2020, é detalhado conforme se segue:

Da rubrica subsídios à exploração, no ano de 2020:

51.237,00€ diz respeito a subsídios atribuídos pela Segurança Social pela resposta do apoio domiciliário;

592,40€ é relativo a subsídio atribuído pelo IEFP.

Nota 10-Instrumentos financeiros

A Entidade desenvolver uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sula política de gestão, nomeadamente:

10.1 – Outros ativos correntes e diferimentos

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

	2021	2020
Outros ativos correntes:		
Reembolso IVA-IPSS (equipamento)	817,84	6918,35
Reembolso IVA 50% alimentação	357,95	448,93
Fornecedores saldos devedores	234,10	4181,77
	1409,89	**11549,05**

A rubrica "Diferimentos" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

	31.dez.21	31.dez.20
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar		
Seguros pagos antecipadamente	630,22	245,17
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
	630,22	**245,17**
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

10.2 – Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

	31.dez.21	31.dez.20
Fornecedores conta corrente	5.234,37	1.630,25
Fornecedores conta títulos a pagar		
Fornecedores recepção e conferência		
Fornecedores outros		
	5.234,37	**1.630,25**

10.3 – Estado e Outros Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	31.dez.21	31.dez.20
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outros impostos e taxas		
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	225,00	26,00
Segurança Social	1.221,44	845,68
Outros impostos e taxas		
	1.446,44	**871,68**

10.4 – Financiamento obtidos

A rubrica "Financiamentos obtidos" desdobra-se da seguinte forma:

	31.dez.21		31.dez.20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)				
Descobertos bancários contratados (v)				
Empréstimos de outros participantes no capital (vi)				
Locações financeiras				
Outros empréstimos: Fábrica da Igreja de S. Julião de Tabuaças		7.750,00		7.750,00
		7.750,00		**7.750,00**

10.5 – Outros passivos correntes

A rubrica "Outras passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

	31.dez.21		31.dez.20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a pagar ao pessoal				1.852,68
Fornecedores de investimentos				
Clientes saldos credores				
Credores por acréscimos de gastos		7.450,03		7.093,40
Outras dívidas a pagar				
		7.450,03		**8.946,08**

10.6-Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	Saldo em 1/1/2020	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Reduções	Saldo em 31/12/2021
Fundos	2172,76			2172,76			2172,76
Resultados Transitados	34655,28		4161,80	30493,48		1012,59	29480,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	231650,08	82834,67	5147,78	309336,97	4000,00	5147,78	308189,19
Resultado líquido do período	-4161,80	4161,80	1012,59	-1012,59	1012,59	5767,04	-5767,04
	264316,32	**86996,47**	**10322,17**	**340990,62**	**5012,59**	**9927,41**	**336075,80**

	Saldo em 1/1/2019	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2019	Aumentos e Reavaliações	Reduções	Saldo em 31/12/2020
Fundos	2172,76			2172,76			2172,76
Resultados Transitados	44460,22		9804,94	34655,28		4161,80	30493,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	238497,86		6847,78	231650,08	82834,67	5147,78	309336,97
Resultado líquido do período	-9804,94	9804,94	4161,80	-4161,80	4161,80	1012,59	-1012,59
	275325,90	**9804,94**	**20814,52**	**264316,32**	**86996,47**	**10322,17**	**340990,62**

10.7-Caixa, depósitos bancários e outros ativos financeiros

A rubrica de "Caixa" e depósitos bancários" a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e depósitos bancários	31.dez.21	31.dez.20
Caixa	411,82	466,13
Depósitos à ordem	12.898,85	15.494,35
Depósitos à prazo (1)	28.671,34	28.671,34
(...)		
Outras		
	41.982,01	**44.631,82**

O valor inscrito em "investimentos financeiros" no montante de 696,22€ em 2021 e 521,91€ em 2020 diz respeito às entregas para o Fundo de Compensação.

Nota 11-Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	31.dez.21	31.dez.20
Remunerações dos orgãos sociais		
Remunerações do pessoal	53.579,56	44.513,46
Beneficios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	9.673,92	9.702,29
Seguros	643,21	859,22
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	1.151,40	
	65.048,09	55.074,97

O número médio de funcionários foi de 5 em 2020, mantendo-se em 2021.

Nota 12-Outras informações relevantes

Nota 12.1-Fornecimentos e serviços externos

	31.dez.21	31.dez.20
Subcontratos		
Serviços especializados	3.975,17	5.411,61
Materiais	1.236,63	799,92
Energia e fluidos	4.588,07	2.575,07
Deslocações, estadas e transportes	37,35	
Serviços diversos	1.834,95	3.314,35
	11.672,17	**12.100,95**

Nota 12.2-Outros rendimentos

	31.dez.21	31.dez.20
Rendimentos suplementares		3.602,16
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,72	146,60
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros		
Outros rendimentos	5.152,88	5.147,78
	5.153,60	**8.896,54**

Nota 12.3-Outros gastos

	31.dez.21	31.dez.20
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em inv. não financeiros		
Correções relativas a períodos anteriores	2,25	
Outros gastos	105,00	90,00
	107,25	**90,00**

Nota 13-Divulgações exigidas por diplomas legais

-Impostos em mora

A Instituição apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, rendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

A Instituição apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações contributivos nos prazos legalmente estipulados.

-Acontecimentos após data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção e autorizados para emissão em 25 de maio de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Luís Miguel Ribeiro Carneiro